

O INTEGRALISMO É A VANGUARDA DA REAÇÃO CAPITALISTA

Documento aprovado pela Comissão Estadual de São Paulo, do Partido Socialista, definindo as diretrizes da luta contra o fascismo.

Damos abaixo o relatório apresentado pelo companheiro A. Costa Corrêa, na reunião de 4 de Fevereiro, da Comissão Estadual e aprovado pela mesma Comissão.

1— Os integralistas, não obstante acharem-se agora organizados sob o disfarce de um partido democrático, o Partido de Representação Popular, e fazerem declarações repetidas de repúdio ao nazismo, continuam a apresentar todas as suas características de agrupamento organicamente fascista: Cultivam o mito do chefe iluminado, como um ser extraordinário, capaz de resolver, por si só, todos os problemas do país; conservam a mesma técnica propagandística de exploração e exaltação de sentimentos patrióticos e religiosos e de penhores místicos das massas populares, procurando mantê-las em tensão permanente com a ameaça "catastrófica" do comunismo; mantêm o mesmo amoralismo tipicamente totalitário, empregando a mistificação, a mentira, a calúnia e, quando preciso, a violência física, como instrumentos de ação política, visando a conquista do poder; continuam como vanguardeiros e estimuladores de todos os movimentos reacionários e retrógrados, sob o aspecto político e social, incentivando e apoiando todas as medidas tendentes à hipertrofia estatal, à sufocação das liberdades públicas, especialmente as que dizem respeito ao proletariado, e à anulação de conquistas sociais trazidas pelo progresso da civilização.

2— O fato de os integralistas presentemente fazerem declarações formais de repúdio ao nazismo e ao fascismo

(Continua na 4.ª pag.)

Os Grandes Partidos serão responsáveis pela morte da Democracia no Brasil

Em sua reunião do dia 10 de Fevereiro, a Comissão Nacional do Partido Socialista Brasileiro, aprovou, por unanimidade, a seguinte nota:

"O Partido Socialista Brasileiro, pesando as circunstâncias do atual momento político, entende do seu dever alertar a opinião pública para o que está ocorrendo em torno da sucessão presidencial.

Há vários meses, o Partido Socialista Brasileiro recebeu do PSD, da UDN e do PR uma nota em que os três signatários do acordo interpartidário de 22 de Janeiro de 48, visando à solução do problema da sucessão presidencial da República "por meio de eleições livres, honestas e pacíficas", pediram a opinião do PSB sobre a escolha de candidatos comuns à presidência da República e sobre as linhas mestras ou os pontos fundamentais do programa político a ser executado no futuro quinquênio.

Decorrido largo espaço de tempo, o Partido Socialista Brasileiro verifica que não há resultado positivo nos esforços que os partidos do acordo propunham enviar para a solução do problema da sucessão presidencial. Pelo contrário, dia a dia, a sucessão presidencial se converte em maior fonte de mal estar político.

Para esse fato chamamos a atenção do povo, e de todos os par-

tidos, principalmente dos integrantes do acordo. Ajudar a sucessão a processar-se normalmente, é dever dos partidos sinceramente constitucionais. Nada mais importante para este fim do que impedir que a sucessão se transforme num jogo perigoso para as instituições, jogo em que algumas pessoas poderiam ganhar, mas em que a nação poderia até perder sua liberdade. Responsáveis por esse jogo serão os partidos que subordinarem a liderança do fato político da sucessão à preocupação meramente personalista ou regionalista. Que na ação política prática não tiveram outro objetivo senão ganhar as graças do Presidente da República. Que não possuem uma orientação, uma posição em face dos problemas econômico-sociais-administrativos do país.

Todos os partidos democráticos devem liderar o fato político da sucessão tendo em vista que, no atual momento, o essencial é ajudar a ordem constitucional a funcionar normalmente, e consolidar a legalidade democrática, que estamos implantando.

O Partido Socialista Brasileiro assinala que a situação política hoje é menos saudável do que há seis meses. Pensa o Partido Socialista Brasileiro que o problema da sucessão presidencial — fato normal na vida política — está, pelo retardamento de sua solução, constituindo motivo de inquietação para o país".



Folha Socialista

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedrosa d'Hereta
Gerente:
Fobus Gikowale

ANO III - 5 DE MARÇO DE 1950 - N.º 46
PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 0,50
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça da Sé, 237 - 2.º and
Telefone: 3-9784
SÃO PAULO — BRASIL

O PARTIDO SOCIALISTA EXIGE A CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES SINDICAIS

Projeto de Emergência da Bancada Socialista na Câmara Federal

O PARTIDO SOCIALISTA CONTRA O VETO AOS FERROVIÁRIOS

Cumprindo resolução da Comissão Estadual, reunida em Araraquara, o Partido Socialista, seção de São Paulo, encaminhou à Assembléia Legislativa uma representação chamando a atenção dos deputados estaduais para a flagrante injustiça que representa o veto do sr. Ademar de Barros ao aumento de vencimentos dos ferroviários e demais funcionários das estradas de ferro sob regime autárquico, como é o caso da Sorocabana. Nessa representação, frisam os socialistas que, no conjunto do funcionalismo paulista, são os ferroviários aqueles que mais mereciam esse aumento, já pela desproporção reinante entre seus ordenados e os das demais categorias do funcionalismo, já pelo aumento irrisório de despesas que o mesmo iria acarretar ao tesouro estadual. Após todas essas considerações, solicitam os socialistas que o veto do governador ao aumento dos ferroviários da Sorocabana e demais estradas de ferro não seja mantido pela Assembléia Legislativa.

O comp. deputado João Mangabeira apresentou na Câmara Federal um projeto de lei de emergência, no sentido de serem realizadas imediatamente as eleições sindicais, a fim de que os sindicatos sejam, realmente, expressão do pensamento dos trabalhadores organizados, ao invés de simples agências do Ministério da Indústria e do Comércio.

Da justificativa que apresentou o comp. Mangabeira, destacamos os seguintes trechos, por sua importância:

"E na votação desse projeto, para o qual o meu Partido vai requerer urgência, que se vá pôr à Prova a sinceridade dos Partidos, de todos os Partidos que, todos eles, fizeram a campanha eleitoral de 45, sob a bandeira da liberdade sindical.

do Brasil, como de escravidão, ocupados e roubados os sindicatos por uma súpica de traficantes!"

VIL EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Em outro trecho de seu discurso, disse o comp. João Mangabeira:

"Ainda domingo passado, em Petrópolis, me procurei um grupo de tecelões para denunciar o abandono em que jazem, abandonados os sindicatos, abandonados dos delegados sindicais, abandonados do Ministério do Trabalho. Em Petrópolis não se aplica a lei de férias de 20 dias e os operários gozam apenas 15.

Mas eles também denunciaram que, tendo pedido aumento de salário, devido o aumento do custo de vida, as empresas industriais lhes deram apenas 10%. Entraram em dissídio coletivo e lograram, em vez de 100, como pediram, ter apenas 23%, isto é, 13% acrescidos aos 10 que os patrões voluntariamente lhes concederam.

Mas, depois disso, basta que um operário, a qualquer dia do ano, mesmo no último dia, falte meia hora, para que os patrões lhe descontem, não a meia hora, não o dia, mas todos os 13% do aumento ministerial, durante todo o mês!

Não conheço sistema mais abusivo de exploração do rico sobre o pobre; do forte sobre o fraco; do poderoso sobre o desprotegido. Mas desprotegido porque os líderes sindicais, os arvorados líderes sindicais do Ministério do Trabalho, não os defendem. Em matéria de rendas sindicais, o que os "pelegos" e as "Comissões" querem — já disse e repito — é o sindicato aos seus pés e os dinheiros sindicais em suas mãos!"

Depois de pulverizar, sob todos os pontos de vista, jurídicos e políticos, a pretensão do Ministro da Indústria e do Comércio, sr. Honório Monteiro, de regular a realização das eleições sindicais, coisa que ele somente tentaria se contasse com "a

(Continua na 3.ª pag.)

TRIBUNA DA DISCUSSÃO SOCIALISTA

DA CM de Santos, recebemos a seguinte carta a propósito do assunto:

"Atendendo à solicitação feita pela Comissão Estadual, vem a Comissão Municipal de Santos expor os seus pontos de vista, relativamente à questão da indicação de candidatos ao pleito de 3 de Outubro, bem como analisar vários outros detalhes relacionados com o assunto. As três indagações que lhe foram feitas, a Comissão Municipal de Santos responde da seguinte forma:

1) — Relativamente às possibilidades eleitorais do Partido Socialista em Santos, sem exagerado otimismo, que não se justificaria, entende que devem ser consideradas boas, levadas em conta todas as restrições e dificuldades com que temos de lutar. No último pleito aqui realizado, para a Câmara Municipal, obteve a nossa legenda exatadamente 2.033 VOTOS, derrotando partidos de maior expressão eleitoral no Estado, como a U. D. N., o P. R. e o P. T. N. Essa votação é tanto mais expressiva si considerarmos que a eleição em apreço foi municipal, portanto quasi um "pleito em família", com grande dispersão de votos, pois concorreram 10 partidos, com 245 candidatos.

Queremos crer que, em relação aos resultados obtidos em Novembro de 1947, na próxima eleição, deveremos apresentar progresso sensível em Santos. Assim entendemos porque o partido melhor e mais se projetou depois daquela época, tornando-se conhecido, principalmente através da atuação dos seus dois vereadores na Câmara Municipal. Seguindo rigorosamente a linha do partido, apresentando trabalho bom e eficiente, apoiando todas as iniciativas úteis e de interesse público das outras bandadas, a representação socialista tem conquistado a simpatia e a consideração do povo de Santos. Com referência à situação pessoal dos dois vereadores — pois os votos, entre nós, ainda são muito mais pessoais do que partidário — cabem também alguns esclarecimentos. O comp. João Carlos de Azevedo, líder político de Santos de 1934 a 1937, presidente da sua Câmara Municipal naquela época e figura de destaque do Partido Constitucionalista, depois do golpe de estado de 10 de Novembro teve nenhuma atividade política, dedicando-se ao seu mister de médico e às funções que exerceu em algumas sociedades e instituições. Só voltou à cena política em 1947, 10 anos depois, quando muito diferente era a situação geral e, ainda, apresentando-se como candidato de um partido pequeno. Mesmo assim, foi o 5.º vereador na relação dos mais votados, contando-se inclusive dois candidatos comunistas. Entre os que tomaram posse é o 3.º, com pouco menos de 600 votos. O vereador João Gonçalves Neto, com 333 votos, é o 13.º dos que compõe atualmente a Câmara. Nunca exerceu, antes, atividade política, embora se tivesse destacado como líder sindical.

A atuação de ambos na Câmara Municipal, bem como a do comp. Sílvio Fortunato, primeiro suplente da legenda, que os tem substituído em alguns impedimentos, forçosamente deve ter melhorado a

Como organizar as nossas Chapas

(CONTRIBUIÇÃO DA C. M. DE SANTOS, AO ESTUDO DO PROBLEMA)

sua situação eleitoral e, por consequência, a do partido. O comp. João Carlos de Azevedo reconquistou a situação anterior e o comp. João Gonçalves Neto foi uma revelação, figurando entre os vereadores de mais prestígio e simpatia, perante a opinião pública. São esses os motivos que levam esta Comissão Municipal a acreditar que serão melhores que em 1947 as possibilidades eleitorais do Partido Socialista, tanto mais que será muito menor o número de candidatos no próximo pleito, o que permitirá concentrar mais a votação.

Não nos abalançamos, porém, a qualquer vaticínio relativamente a números, pois seria sempre muito precário, tanto são os fatores de que teremos de depender. Reafirmamos, em todo caso, que as perspectivas são lisonjeiras, tomando-se por base os fatores que apontamos, tais como a atividade aqui desenvolvida, o crescimento natural do partido e a experiência adquirida na última eleição.

2) — Este item da consulta exige também uma explanação clara e objetiva, embora um tanto longa. A resposta, aliás, de certo modo está ligada à que foi dada ao item anterior. Fácil é a indicação de candidatos desta cidade, mas parece à Comissão Municipal de Santos que a mesma deve obedecer a um programa, a um critério. Como e por quem devem ser indicados os candidatos? Quantos deveriam ser os elementos que concorreriam por Santos? Vê-se que tudo gira em torno do estabelecimento de um critério para a escolha dos componentes das chapas socialistas à Câmara dos Deputados e à Assembléa Legislativa do Estado. Não dispondo dos elementos que poderiam orientar sua resposta, permitte-se esta Comissão Municipal fazer algumas considerações sobre o assunto, oferecendo-as à deliberação da Comissão Estadual, como subsídio para o estudo e solução da questão.

Dois são as hipóteses que, desde logo, podem ser formuladas. Poderia Santos indicar apenas um candidato à Assembléa Legislativa do Estado e outro à Câmara dos Deputados. Concentrariam esses elementos toda a votação socialista da cidade, com todos os elementos do partido trabalhando em seu favor. Na suposição de que o Partido Socialista elgesse, pelo menos, dois deputados estaduais, o candidato de Santos, com a votação que lhe seria dada, teria quasi garantido um lugar no Legislativo do Estado. Incontáveis seriam os benefícios que teria o partido, em Santos, si pudesse contar com um representante da cidade no Palácio 9 de Julho. Mas, devemos indagar, esse critério consultará, absolutamente, aos interesses do partido? Já fizemos sentir que os votos, ainda hoje, com exceção daqueles dos comunistas, não são dos partidos, mas dos candidatos. Indicado um nome apenas, obteria esse candidato todos os votos que lhe assegurasse o seu prestígio pessoal. Os companheiros

poderiam conseguir alguns mais. Em todo o caso, matematicamente, não conseguiriam, entre os seus amigos e simpatizantes, para um terceiro, votação total que atrairiam para o próprio nome. Assim, fica entendido que a apresentação de mais de um candidato (dois, três, cinco, etc.), seria de maior interesse e benefício para a legenda do partido. Os votos se distribuiriam entre os diversos nomes apresentados e, si nenhum deles conseguisse os necessários para a posse de uma cadeira, o partido teria maior número de sufrágios e sairia ganhando.

Qual dos critérios é o mais aconselhável? Com a máxima isenção e absoluto desinteresse, procuramos mostrar os prós e os contras de ambos. A escolha de um deles está condicionada, porém, ao que puderem fazer as demais Comissões Municipais e, mais ainda, a Comissão Estadual. Santos, cujo único propósito é elaborar, visando o crescimento e o prestígio do Partido Socialista, concordaria em indicar um nome apenas, da mesma forma que aceitará apresentar vários candidatos. No primeiro caso, é imprescindível que o partido possa apresentar uma boa e poderosa chapa, com 77 candidatos, tantos são os lugares a preencher na Assembléa Legislativa do Estado. Deseja esta Comissão Municipal deixar bem claro o seu ponto de vista a respeito. A chapa a que se referir deveria contar com os nomes de maior prestígio do partido e, possivelmente, de outros elementos que viessem engrossar nossas fileiras. A escolha dos nomes, forçosa e evidentemente, deveria ser feita com a máxima objetividade. De nada adiantaria, por exemplo, indicar um excelente elemento como candidato de uma zona onde se sabe, de antemão, que o partido não tem votos. Deveria ser considerada também, sua exata importância, as possibilidades eleitorais das cidades e das regiões. Típico é o caso de Santos. Neste setor, que compreende as 118.º e 119.º Zonas Eleitorais atinge a mais de 60 mil o número de eleitores inscritos. Trata-se, portanto, de região onde os votos existem. Não são nossos, evidentemente, mas serão muito mais fácil o partido obter alguns deles (por que há, do que arrancá-los em qualquer outro lugar onde a inscrição eleitoral é muito menor. Esse é o detalhe que a Comissão Estadual não poderá deixar de considerar, na convenção dos trabalhos da Convenção partidária que indicará os nomes dos candidatos. Insistimos em que os votos devem ser procurados onde existem. Está visto que um candidato regular, em São Paulo ou em Santos, levará mais votos que um mais prestigioso, na sua localidade. Este último, proporcionalmente, terá ganho, mas os votos, nas eleições, são contados aritmeticamente.

Que podem informar, a respeito da força do partido, a Comissão Estadual e as demais Comissões Municipais?

Finalizando esta exposição, permite-se a Comissão Municipal de Santos alinhar, sobre o problema em tela, mais algumas considerações, com base na experiência. Em primeiro lugar, entende que o

A resposta a essa pergunta indicará, sem dúvida, qual o critério a adotar. Outros partidos, eleitoralmente mais poderosos, dividiram o Estado em zonas de influência, entregando uma a cada candidato. Foi o que fez em Santos, em 1946, o P. S. D., entregando ao sr. Lincoln Feliciano as 118 e 119 Zonas Eleitorais. Garantiu, dessa maneira, a sua eleição, da mesma forma que possibilitou, noutros setores, a vitória de mais 25 candidatos. Poderia o Partido Socialista agir da mesma maneira? Seria, evidentemente, o ideal, para o interesse de cada cidade ou região que conseguisse mandar para a Assembléa Legislativa do Estado um seu representante. Entretanto, si evidenciado ficar que o Partido Socialista não pode adotar, por ora, tal critério, está visto que deve indicar o maior número possível de candidatos nas regiões ou cidades eleitoralmente mais fortes, levando-se em conta, naturalmente, as possibilidades do próprio partido. Nessa hipótese, não se poderá perder de vista a estatística das últimas eleições, realizadas em Novembro de 1947, pois são elas que indicam, com alguma alteração para mais, segundo se pode supor, onde está a força da votação do Partido Socialista neste Estado.

Acreditamos que ficaram claramente expostos os pontos de vista da Comissão Municipal de Santos, relativamente ao item 2.º da consulta que lhe foi dirigida. As duas fórmulas apontadas são igualmente boas, dependendo a adoção de uma ou de outra do que puderem informar, com clareza, objetividade e critério, os demais organismos do partido, cujos interesses devem prevalecer em qualquer situação, acima de todas as outras considerações.

3) — O último item da consulta é o que permite mais fácil e pronta resposta. É fora de dúvida que a indicação dos candidatos deve ser feita o mais rapidamente possível, pois o tempo só poderá trabalhar em nosso favor. Partido pobre e sem as possibilidades de outros, o trabalho eleitoral que deverá desenvolver será evidentemente mais árduo. Os candidatos, uma vez indicados, poderão lançar-se desde logo à tarefa, mobilizando os amigos, admiradores e simpatizantes, seja em comícios e reuniões, seja em trabalhos que, por força dos seus cargos, devam executar, seja através de contactos pessoais. A escolha e apresentação dos candidatos, portanto, não deve demorar, só se justificando qualquer proclamação no caso de o exigirem os interesses do partido, assim entendidos os que se referem à possibilidade do ingresso de novos elementos em nossas fileiras.

Finalizando esta exposição, permite-se a Comissão Municipal de Santos alinhar, sobre o problema em tela, mais algumas considerações, com base na experiência. Em primeiro lugar, entende que o

partidos completos para a Câmara dos Deputados e a Assembléa Legislativa do Estado. Penitenciava-se, assim, esta Comissão Municipal, do erro que cometeu em Novembro de 1947, quando indicou, em Santos apenas 16 nomes para 31 vagas. As chapas incompletas dão a impressão de que o partido não dispõe sequer do número de candidatos aos lugares a preencher, o que sempre reflete em seu desfavor. O prejuízo não é só esse, porém. Perde ainda o partido muitos votos, pois qualquer candidato, por menores que sejam as suas possibilidades eleitorais, sempre terá alguma votação, que revertirá, em última análise, em favor da legenda.

Outro ponto da máxima importância é a apresentação, como candidatos, de todos os nomes dignos, bons e prestigiosos com que conte o partido. Nenhum filiado, salvo motivos excepcionais, deverá recusar sua colaboração, aceitando a inclusão do seu nome na chapa socialista. Todos deverão fazer os sacrifícios ao seu alcance para darem ao partido o contingente de votos de que podem dispor, fortalecendo a legenda e possibilitando a vitória de um ou mais companheiros. Mais uma vez frizamos que as eleições, no Brasil, são muito mais pessoais do que partidárias. O eleitor não procura na legenda, o nome melhor, mas sim vota no nome de elementos que admira, independente do partido em que figurem. Em tais condições, os nomes que admira, independente do partido. Em tais condições, os nomes mais conhecidos do Partido Socialista não poderão deixar de figurar nas suas chapas. Elementos de todas as atividades e de todos os setores devem ser candidatos, atraindo para os seus nomes os votos que darão ao partido uma representação como se pode esperar. Muitos correligionários, com boas possibilidades eleitorais, não foram candidatos nas eleições estaduais e, principalmente, nas municipais. Desconhecemos os motivos da sua abstenção, mas, reafirmamos, só em caso extremo deveria ser admitida. Não se trata de vaidade, mas de um imperativo que nenhum filiado deverá fugir. A falsa modestia e motivos não imperiosos, devem ser postos de lado, afim de que o partido possa contar com todos os votos ao seu alcance. Homens com prestígio político firmado, líderes sindicais, profissionais liberais, dirigentes de classes e entidades, jornalistas, escritores, radialistas, professores, estudantes, todos devem cooperar, graças aos seus nomes, para que o partido alcance maior votação. Em hipótese alguma deveremos desprezar uma possibilidade ou um voto que seja.

Estas são as considerações que a Comissão Municipal de Santos, do Partido Socialista Brasileiro, entende serem do seu dever fazer, submetendo-as à apreciação da Comissão Estadual, colaborando, na medida das suas possibilidades, para o melhor encaminhamento do assunto, objeto da importante consulta que lhe foi feita. A Comissão Municipal de Santos está inteiramente à disposição dos órgãos superiores do partido para qualquer colaboração que lhe seja solicitada, contribuindo prazerosamente com os elementos que estiverem ao seu alcance".

A Comissão Municipal de Santos do P. S. B.

JUSTIÇA DO TRABALHO

O Salário Mínimo e a Liberdade Sindical

No regime capitalista o salário mínimo constitui, certamente, uma conquista legal importante para o trabalhador. Ele representa um limite, imposto pela lei, à exploração capitalista, afim de que esta não se torne demasiadamente desumana. É verdade que as leis de salário mínimo não são ditadas por sentimentos humanitários da classe capitalista ou dos governantes e legisladores que o representam. Não. É do próprio interesse das classes dominantes fixar um limite à exploração capitalista, no tocante ao salário, afim de que seja conservada certa "estabilidade social". É por isso que o salário mínimo figura entre as "conquistas sociais" estabelecidas nos acordos internacionais sobre trabalho, acordos esses que quase todos os países, inclusive o Brasil, se obrigam a cumprir.

No Brasil, o salário mínimo figura como uma das garantias asseguradas aos trabalhadores, desde a Constituição de 1934. Está regulado na Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece, no seu artigo 76: "Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador, a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia, normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte." Em S. Paulo, (Capital), o salário mínimo está fixado pelos decretos-leis ns. 5.977 e 5.978, de 10 de novembro de 1942, em Cr\$ 300,00, para o comércio, e outras atividades, e Cr\$ 390,00 para a indústria, por mês. Desde essa ocasião não houve alteração alguma nas tabelas de salário mínimo.

De acordo com o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, as tabelas de salário mínimo devem vigorar pelo prazo de três anos, no máximo. Quer dizer que, desde novembro de 1942, já deveria o governo ter baixado um decreto, reajustando o salário mínimo. Mas já se passaram mais de três anos, da época legal, sem que se tomassem providências a respeito. Somente agora é que o Ministério do Trabalho divulga que está "fazendo inquéritos" para a fixação dos novos níveis do salário mínimo e para isso já nomeou uma comissão.

Este caso do salário mínimo é um dos exemplos mais típicos da desmoralização, incapacidade e reacionarismo do governo do general Dutra. A revisão do salário mínimo é uma providência fundamental, que teria sido tomada por qualquer governo burguês medianamente capaz e com autoridade moral, porque serviria para manter a ilusão de um governo "acima das classes", um governo interessado nos problemas fundamentais da população trabalhadora do país. Mas nada fez o governo, porque, certamente, não quis desagradar os senhores da terra e os magnatas da indústria e do comércio. E o resultado é que no Brasil não existe, atualmente, o salário mínimo, porque as tabelas em vigor, desde novembro de 1942, hoje são irrisórias, em face da desvalorização do dinheiro e do brutal aumento do custo de vida. Cr\$ 300,00 ou Cr\$ 390,00 na Capital de São Paulo hoje, não chegam nem para pagar o aluguel de um quarto pequeno, num dos subúrbios. Nem um menor aprendiz, em qualquer serviço ganha hoje um salário tão baixo. O salário mínimo, em proporção ao encarecimento do custo de vida, a partir de novembro de 1942, hoje não poderia ser inferior a Cr\$ 1.000,00 ou mais.

As providências que o sr. Ministro de Trabalho diz que está tomando, agora, são ilegais e mostram que o governo não está, realmente, interessado em fazer vigorar, na prática, essa garantia constitucional que é o salário mínimo. A lei estabelece que as comissões encarregadas de fixar o salário mínimo sejam eleitas em assembleias dos representantes de classe, tanto de empregados como de empregadores. Mas, como o Ministério do Trabalho, que é um bem servicial da Federação das Indústrias, teme as assembleias de trabalhadores nos seus sindicatos, como o diabo teme a cruz, resolveu o sr. Ministro passar por cima da lei e nomear as comissões de salário mínimo. Portanto, não podem esperar os trabalhadores resultado animador do "trabalho" das comissões nomeadas.

Esta questão do salário mínimo serve bem para ilustrar a importância da liberdade sindical, para os trabalhadores. Estivessem os sindicatos proletários gosando de auto-

nomia, livres dos burocratas interventores nomeados pelo Ministro do Trabalho, e já teria sido possível, há muito tempo, promover a eleição das comissões de salário mínimo e forçar a revisão das tabelas de novembro de 1942. Há, ainda, a questão da fiscalização no cumprimento das tabelas de salário mínimo, que é muito importante e que depende grandemente da existência de sindicatos operários autônomos, e com diretorias que possam representar com fidelidade os interesses da classe. Sobretudo nas localidades do interior, em relação aos trabalhadores rurais, que são vítimas da mais desumana exploração e que nunca gozaram da garantia do salário mínimo, apesar de a lei lhes assegurar essa garantia, pelo fato de fiscalização e organizações sindicais dos trabalhadores rurais.

ADVOGADO

Veicissitudes da Literatura Dirigida

VALENTIM TOMA

Na Checoslováquia, o servilismo está em pleno desenvolvimento. O primeiro ministro stalinista Zapotocki publicou recentemente um volume de memórias, nas quais o herói principal é seu pai, modesto militante operário. Logo se representaram em todos os teatros checos uma obra cuja protagonista é o mesmo personagem. Seu autor deu assim uma bela prova de servilismo, mas seu talento parece não ter sido muito apreciado pelos operários: com efeito, por exemplo, o periódico comunista de Moravska Ostrava, Nova Svelada, recrimina os mineiros desta região por preferirem à obra em questão as filhas americanas, e de mostrarem uma perigosa inclinação para o música de "jazz". Um espectador anônimo resolveu a questão fazendo circular a seguinte observação: que o partido faça outro pedido aos arquitetos das belas letras, para que apresentem em forma literária a vida espetacular da casa do presidente da República, Gottwald.

O professor socialista Victor Klemperer é um dos mais eminentes linguistas da atual Alemanha, pertencendo à plêiade dos romancistas europeus. Segundo sua opinião, a pureza da língua é a expressão de uma atmosfera de liberdade social, enquanto que sua degradação é o sintoma de uma ditadura opressora. É uma tese que foi amplamente demonstrada em um de seus livros sobre a língua do III Reich hitleriano. Atualmente, Klemperer é professor da Universidade de Greiswald na zona soviética. Há pouco fez reimprimir um manual de leitura, A moderna prosa francesa, que os nazistas tinham proibido desde 1932. Mas, no diário da administração soviética, Tschechische Rundschau, o crítico literário stalinista Hermelin, atacou esse livro. Parece que a escatologia dos autores franceses evidencia uma intenção malévola: encontram-se ali Peguy, Claudel, Barrés, Maurras, Gobineau, Albert Thibaudier, André Chamson e, sobretudo, Aragon e sua esposa Elsa Triolet. O crime do que Klemperer se vê acusado é de haver tentado introduzir o espírito da reação alemã por meio dos funcionários franceses.

Soldados do Ódio

Não faço restrições às idéias religiosas de quem quer que seja. Ou melhor, faço apenas uma restrição: que tais idéias sejam sinceramente praticadas.

Pertencem a um partido político onde existem católicos, protestantes, espíritas, teosofistas, que sabem respeitar mutuamente as suas convicções religiosas. Deste o partido exige apenas que aceitem os princípios do socialismo democrático, isto é, a socialização gradual e progressiva dos meios de produção e distribuição, a passagem democrática, pacífica, parlamentar, da sociedade capitalista para o socialismo, passagem que se realizará pelo consentimento consciente da maioria da população como está acontecendo, por exemplo, na Inglaterra.

Somos inimigos da violência. Pensamos que a fase da violência nas lutas políticas, doutrinárias ou eleitorais, já foi superada. A violência, o golpe, a força física, para imposição de um princípio, de uma idéia, de um programa, a brutalidade do homem contra o homem, numa palavra, constitui um retrocesso e uma degradação.

Pensam assim e assim se conduzem os socialistas democráticos, sejam católicos, protestantes, espíritas, teosofistas, etc...

Entretanto, adversários nossos, confessionalmente totalitários, adeptos e praticantes da violência física, dos métodos ferrezes de Hitler e Mussolini, vivem a dizer que os socialistas democráticos são defensores da União Soviética e do Partido Comunista e que são homens sem Pátria e sem Família.

Nossos desleais adversários fingem não saber que os comunistas — totalitários da extrema esquerda — também são nossos inimigos políticos, também nos combatem pelas suas publicações, em toda parte, sempre que podem.

Apontando-nos como aliados dos comunistas e defensores de Moscou, fingem principalmente ignorar o que dizem e escrevem os socialistas democráticos a respeito do totalitarismo soviético.

E mantem ao povo, quer dizer, violentam a sua própria consciência, impiem-se a si mesmos a obrigação de mentir, para alcançar os seus objetivos, ditamandano-os.

Esses homens que, às dezenas, armados de cassetes, agrediram o socialista Renato Correia Rocha quando ele estava num bar de Araraquara, sozinhos, tomando uma refeição, esses homens que o perseguiram a tiros, que o pegaram e o jogaram, depois de barbaramente espancado, ao tanque de um jardim, esses homens são os mesmos que se dizem "cristãos", são os mesmos que pretendem aparecer aos olhos do povo como proprietários destes princípios: Deus, Pátria e Família.

Oh! como eles falam hipocritamente em Deus, Pátria e Família.

Mas não é possível o nenhum católico esclarecido, a nenhum protestante, a nenhum espírito, a nenhum teosofista, a nenhum espírito religioso levar a sério a atitude dos integristas quando falam em Deus, Pátria e Família, quando afirmam que são "cristãos".

Cristão foi o socialista de Araraquara, ao desmascarar, em praça pública, falando em nosso comício, os adversários violentos que o agrediram como animais selvagens, trazendo às mãos os cassetes e bem à mostra, na roupa, o distintivo de fascistas.

Imaginem vocês, amigos meus, imagine você, homem da rua, trabalhador de fábrica, a Brasil governado por gente assim...

CID FRANCO

O P. S. B. exige...

(Conclusão da 1.a pag.)

subserviência do Congresso e a complacência do Supremo Tribunal", assim terminou o seu discurso, o comp. João Mangabeira:

"É por tudo isso, Senhores Deputados, que o projeto de emergência se impõe, urgentemente, à vossa consciência. O projeto que apresentamos dá razão ao sentimento com que o operariado brasileiro reclama a eleição livre, no sindicato livre. O Congresso, portanto, está no estrito dever, no dever imperioso de votar urgentemente uma lei que permita, dentro deste semestre eleições livres nos sindicatos e lhes restitua, assim, a liberdade que a Constituição lhes assegura a todos os partidos, e todos os candidatos o presidente, na campanha eleitoral, lhes prometeram".

(Continua na 1.a pag.)

OS FUTUROS REPRESENTANTES SOCIALISTAS

Cumprindo resolução da Comissão Estadual, reunida em Araraquara, abrimos hoje, em nossas páginas, uma seção especial em que serão inscritos os nomes de todos aqueles companheiros que, por indicação de comissão municipal, grupo de base, ou mesmo individual, deverão apresentar-se como candidatos à próxima convenção estadual a reunir-se em abril do corrente ano. Todas as indicações deverão ser remetidas em nome de "Folha Socialista" para a Praça da Sé, 237, 2.º and., São Paulo.

- Até o momento, conseguimos as seguintes indicações:
- Alvaro Gomes dos Reis — JAU — Advogado — Deputado Estadual.
- Anita Carrijo — SÃO PAULO — Dentista — Deputado Federal.
- Antônio Simões de Almeida — CUBATÃO — Funcionário do DER — Deputado Estadual.
- Fach Simão — SÃO PAULO — Advogado — Dep. Estadual.
- Geraldo Campos de Oliveira — SÃO PAULO — Jornalista e Professor — Dep. Estadual.
- Mário Mattiazinho — BAURÚ — Médico — Deputado Estadual.
- Renato Carrão Rocha — ARARAQUARA — Agricultor — Deputado Estadual.

O Integralismo é a vanguarda...

(Conclusão da 1.ª pag.)

mussoliniano, não altera em nada o seu conteúdo totalitário e o perigo que podem representar para a nossa incipiente e vacilante democracia política. O nazismo e o fascismo mussoliniano são reproduzidos por eles porque são ideologias derrotadas e demastadamente comprometidas perante a opinião pública internacional. O fascismo de Franco, na Espanha, porém, não merece o seu repúdio, apesar de ser cópia fiel do nazi-fascismo. Uma vez no poder ou participando dele, não há dúvida que os integralistas do P. R. P. tentariam repetir no Brasil a aventura fascista, fundada no terror, na violência, na corrupção e na mistificação organizadas.

3—O integralismo não constitui um perigo imediato para a incipiente democracia brasileira. Muito embora os elementos mais retrógrados e reacionários da burguesia brasileira vejam com simpatia a ação dos fascistas caboclos, como possível tropa de choque para atingir contra as conquistas operárias e as liberdades populares, de um modo geral as classes dominantes os desprezam e evitam dar-lhes apoio. Não convém, no momento, às classes dominantes, grande progresso de um movimento fascista, já conhecido e desmoralizado como tal, pelo menos um movimento liderado por Plínio Salgado, já marcado como um imitador do hitlerismo. Mas essa situação pode alterar-se. As classes dominantes, diante de uma perspectiva de crise e perigo para as suas posições, poderão dar todo o apoio ao desenvolvimento do integralismo, que será sempre um bom serviço da reação, numa tal conjuntura. Entretanto, pela própria desmoralização do regime demorático, em virtude do vazio e da incapacidade política dos partidos conservadores e dos ajuntamentos de aventureiros que se formam às vésperas de eleições, sob o rótulo de partidos e em consequência do baixíssimo nível político e moral dos órgãos legislativos, proliferam no Brasil, atualmente, os fermentos ideológicos totalitários. E os integralistas são beneficiários dessa situação, da mesma forma que os caudilhos aventureiros, de tipo fascistoide, como são Getúlio e Ademar.

5—Daí a necessidade de não subestimarem os socialistas o perigo potencial que representa o movimento fascista liderado por Plínio Salgado, sob a legenda do P. R. P. Os socialistas, como força política mais coerentemente democrática e como partido mais interessado na defesa e ampliação das liberdades populares e conquistas do progresso social em nosso país, devem permanecer ativos e vigilantes no combate aos fascistas caboclos, alertando e mobilizando os outros partidos políticos também interessados na manutenção do regime democrático, contra o perigo que representam os integralistas.

6—A recrudescência das provocações fascistas do P. R. P. certamente não é estranha à situação de incerteza da política nacional e à onda reacionária que domina o governo e o Parlamento, com a

preparação da lei de segurança nacional, a sabotagem da regulamentação do direito de greve e da liberdade sindical e outros fatos semelhantes. Os integralistas, no seu papel de estimuladores e vanguardeiros da reação veem com satisfação o problema da sucessão do general Dutra, que está determinando a presente crise política, pela incapacidade, desmoralização e falta de conteúdo dos chamados "grandes partidos", desembocar numa crise de regime, que permitisse a instalação de uma ditadura declarada.

7—Daí a necessidade de não isolarmos o combate ao integralismo da luta contra a reação em geral, que lhes dá força e oportunidade para se desenvolverem. A luta contra o integralismo implica, também, na luta contra as medidas reacionárias como a lei de segurança e as restrições à liberdade de imprensa contidas no projeto em curso no parlamento; na denúncia da incapacidade e desmoralização dos órgãos legislativos compostos em sua grande maioria de políticos profissionais das classes dominantes e aventureiros que foram aproveitadores da ditadura, afim de que a crítica ao mau funcionamento desses órgãos não seja deixada aos totalitários declarados e aos totalitários disfarçados que se enfileiram atrás dos aventureiros e caudilhos do tipo Getúlio e Ademar; na denúncia da debilidade e do vazio ideológico dos chamados "grandes partidos", que se mostram incapazes de apresentar soluções programáticas positivas ao povo e perspectivas de uma solução decente para os seus problemas; enfim, na luta pela conquista das liberdades essenciais do proletariado, como sejam a liberdade e autonomia sindical e o direito de greve, afim de que o movimento operário, que deve ser a força anti-fascista mais enérgica e coerente, por ser o proletariado o mais interessado no combate ao fascismo, ganhe forças e venha a constituir a base da luta pela preservação e ampliação das liberdades democráticas e das conquistas sociais.

8—O Partido Socialista Brasileiro em São Paulo deve manter a sua atitude definida na II Convenção Estadual realizada em Campinas e referendada por decisão da Comissão Nacional, em sentido contrário ao cancelamento do registro do Partido de Representação Popular, pela Justiça Eleitoral, da mesma forma que se manifestou contrariamente ao fechamento do Partido Comunista. O cancelamento do registro do partido fascista não extinguirá o fascismo, mas, pelo contrário, poderá até exacerbá-lo e o fanatismo dos seguidores do chefe integralista.

Por outro lado, devem os socialistas confiar nos processos democráticos de livre debate, discussão e competição eleitoral, pelos quais necessariamente se desenvolverá a educação política das massas populares que, em consequência, repudiarão os mistificadores totalitários. Não devemos, ainda, confiar em que um órgão judiciário qual-

quer do Estado burguês sirva de instrumento eficiente para combater ao integralismo ou qualquer outra espécie de fascismo, pois dos órgãos estatais, na sociedade capitalista, sobretudo num país atrasado como o nosso, só é possível esperar tolerância em relação aos fascistas, como fanáticos a serviço da reação capitalista que são. Somente a mobilização do povo, sobretudo do proletariado, dando-lhe consciência do valor que representam a defesa e a ampliação das liberdades democráticas, como instrumento de libertação econômica e social, é que poderá constituir barreira eficaz contra o avanço do movimento fascista.

Resoluções aprovadas pela Comissão Estadual, como complemento do relatório:

1—A luta contra o integralismo deve ser considerada como aspecto particular da luta contra a reação em geral, na situação política atual do Brasil.

2—Embora contrários ao fechamento do partido integralista (Partido de Representação Popular) os socialistas não devem subestimar o perigo que o mesmo representa como tropa de choque da reação, alertando o povo constantemente contra esse perigo e mobilizando a opinião pública contra ele.

3—O Partido Socialista Brasileiro em São Paulo denuncia os partidos políticos que aceitarem alianças ou composições eleitorais com os integralistas do P. R. P. como falsos partidos democráticos, que se prestam ao avanço fascista e ao fortalecimento dos totalitários, inimigos das liberdades públicas.

Relativamente à agressão sofrida pelo companheiro Renato Corrêa Rocha, em Araraquara, a 9 de janeiro último, resolve a Comissão Estadual do Partido, em São Paulo:

1—Manifestar ao povo de Araraquara o seu reconhecimento pela solidariedade e assistência moral com que cercou o companheiro Renato Corrêa Rocha e sua família, após o atentado integralista e, ao mesmo tempo, assegurar-lhe que, quaisquer que sejam as dificuldades a enfrentar, o Partido tudo fará para que os criminosos, diretos ou indiretos, executores, coniventes ou mandantes desse atentado, respondam perante a Justiça pública pelo crime que cometeram.

2—Aprova as medidas já providenciadas pela Comissão Executiva Estadual, junto ao Tribunal Regional Eleitoral, bem como junto à Justiça comum, afim de que sejam devidamente apuradas as responsabilidades em torno desse atentado e punidos os seus promotores, como determina a lei.

3—Indicar desde já, a Convenção extraordinária, que deverá se reunir proximamente, para escolha dos candidatos do Partido ao Legislativo estadual e federal, como uma homenagem ao povo de Araraquara e em desagravo pelo atentado de que foi vítima, o nome do companheiro Renato Corrêa Rocha, para integrar a chapa de candidatos do Partido à Assembléia Legislativa Estadual.

Vicissitudes da literatura

(Conclusão da 3.ª pag.)

que se ocupam da "luta operária e dos camponeses pobres" converte-se em grave delito. Está, pois, proibido acusar-se a nova literatura de "folta de qualidades artísticas". O atrevido que exige uma certa qualidade de nas letras é, segundo o órgão oficial do partido, Scantcia, "um cosmopolita sem pátria", tal como o jovem crítico literário Crochwalni-coano, que não "se desembaraçou de suas concepções burguesas".

A confusão se faz sentir sobretudo nos cenáculos literários. Se trata-se do conteúdo, a fórmula em voga é a enumeração. Tentando imitar Maiakovski, tem-se de falar de tudo, da alegria do trabalho, do entusiasmo das massas, da inteligência do governo, da grandeza dos heróis stalinistas e do imenso amor pela União Soviética. Porém, nos cem por cento dos casos, ainda pode o poeta ser criticado por haver esquecido alguma coisa. No que se refere ao homem novo que se canta muito particularmente, a análise se reduz a suas horas de trabalho. O realismo socialista parece desconhecer a importância do homem e se

contenta com um autômato, que é mais fácil de descrever.

O partido, incapaz de promover a qualidade nas obras de arte, ordena "lutar sistematicamente para rechaçar o individualismo burguês e a vaidade dos artistas", como nos fez saber o Comitê Bulgaro de Ciências, Arte e Cultura. O meio de atingir-se esse fim é "acelerar sua formação marxista". As qualidades artísticas, assim, pertencem ao domínio dos preconceitos burgueses.

Um ator muito conhecido do teatro nacional do capital rumeno foi convocado um dia pela direção. Uma comissão de atores e de homens de letras tinha de pronunciar-se em relação à oportunidade de representar uma comédia qualquer. Produziu-se uma controvérsia interminável sobre a preponderância dos elementos de farsa ou de sátira. Cansado pela discussão, nosso ator que é, além do mais, um homem de muito espírito, pediu ingenuamente que a questão fosse posta em votação.

(De "La Batalla")

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:

Praça Antonio Prado, 9 - 11.º andar
Salas, 1107/9 - Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guarará, 230 - SÃO PAULO

**DR. JULIO DE ARAUJO
FRANCO FILHO**

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46
2.º ANDAR

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209

11.º andar - Salas 1.104-6-8-10

Tel.: 6-3013

**ADELMAR V. BRANDÃO
ANTONIO COSTA CORRÊA**

RUA FRADIQUE COUTINHO, 303

R. CONS. CRISPINIANO, 79

5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502

R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º

SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138

3.º Andar - Tel. 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.
Tel.: 2-0168

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone - 6-6565

CIRURGIA GERAL
ABERTA A TODOS
OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º
CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO
RAIOS X

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MÉDICA
Rua da Estação, 13
TREMEMBÊ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

**DR. OSVALDO ANTÃO
FERNANDES, C. D.**

Clinica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Pós. Graduado)
Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.
Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SÃO PAULO

GIARDINO & CINOPOLI

— ALFAIATES —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

Contribuição ao Estudo da Reforma Agrária no Brasil

SOBRE A PROPRIEDADE DO SOLO

Damina hoje em dia, em certos círculos, a tendência para se considerar a divisão da propriedade como a melhor solução do problema agrário do Brasil. Entre outras vantagens ofereceria ela a possibilidade de "estabilizar e concentrar o povoamento, com o atual regime é essencialmente móvel, instável e dispersa".

Não é realmente possível, em boa consciência, considerar-se bom o sistema de propriedade e exploração da terra atualmente em vigor; é ele responde, entre outros males, pelo despovoamento de regiões inteiras de nosso país. A destruição das florestas, a erosão, acelerada ou não, o empobrecimento da terra, conseqüentes ao uso imoderado e impróprio da terra, impossibilitam, porque anti-econômicas, qualquer gênero de cultura, em tais regiões. Ou são elas simplesmente abandonadas, ou são transformadas em campos de criação. Dai não se segue, necessariamente, que a partição da propriedade seja a solução mais consentânea para o problema agrário do Brasil.

Em se tratando da questão da divisão e distribuição da propriedade, por mais anacrônica que pareça, não podemos deixar de citar os mestres do socialismo, especialmente Rosa Luxemburgo, a quem consideramos um dos espíritos mais lúcidos e brilhantes da social-democracia alemã. Criticando, em recente artigo, o programa agrário dos bolchevistas, disse ela que a preferência de ordem dada aos camponeses para que eles mesmos se apoderassem da terra, "era uma medida política que visava apenas o fortalecimento do poder revolucionário"; na verdade tal determinação dos líderes bolchevistas "não tinha em comum com uma economia socialista". O que se criou, afirmou, "não foi a propriedade social mas uma nova modalidade de propriedade privada", isto é, "a divisão das grandes fazendas em médias e pequenas propriedades, onde certamente se passou a trabalhar a terra com recursos de ordem técnica próprios dos tempos dos Farás".

Mas há quem sustente ser uma falsidade essa história do atrazo e da rotina do pequeno proprietário. "Hume comparando de conjunto e em bloco, a pequena propriedade apresenta um nível técnico e produtivo superior ao da fazenda". Como prova da justiça de semelhante apreciação, cita-se a existência, nos arredores de S. Paulo, de "um considerável número de chacareiros e pequenos sítios dedicados ao cultivo de hortaliças, flores, árvores frutíferas" os quais "daria bons conselhos aos mais consagrados agrônomos".

Apesar da consulta aos grandes mestres estar entrando em desuso, ainda consideramos atuais muitos dos conceitos e observações de Kautsky, em cuja QUESTÃO AGRÁRIA vamos nos apoiar na tentativa de destruir essa afirmação da superioridade técnica da pequena propriedade. Nesse velho livro, Kautsky informa que "já em 1895 havia no império alemão 5.558.317 explorações agrícolas, das quais 306.828 de menos de 20 hectares e somente 25.051 acima de 100". Talvez não fosse por ignorância da existência de recursos técnicos mais adiantados, mas o conselheiro americano em Stettin, observando o trabalho nessas pequenas fazendas, afirmou em relatório ao seu governo que "cons-

tituiu um espetáculo muito engraçado para os lavradores estadunidenses ver um trabalhador alemão rachando lenho com machados em muita coisa semelhantes aos "tamahawks" dos índios".

No que tange à utilização de máquinas agrícolas pelos pequenos lavradores alemães, informa Kautsky, que "com exceção da batateira, são raros os vestígios do uso de instrumentos agrícolas entre eles". É verdade que, os adeptos da pequena propriedade, dizem também aqui que, em quase todos os principais lavradores brasileiros o emprêgo de máquinas é dispensável, não importando para esses apologistas que seja amplamente sabido que, nos grandes exploradores, o emprêgo das máquinas visa igualmente, a economia de força humana de trabalho e também da força animal".

Os exemplos de Cotia, em S. Paulo e Paraguacú, em Minas Gerais (Paraguacú é a região brasileira "onde se colhe mais alho") que os apologistas da pequena propriedade citam, não chegam a ser decisivos como argumento decisivo das excelências da pequena propriedade como solução do problema brasileiro. Realmente, a cultura de hortaliças, flores, alho, etc., é sempre feita em redor das cidades, constituindo isso o trabalho do sítio, sua família e de um outro "camarada". Mas não basta que as cidades sejam abastecidas de legumes e flores, para que cantemos os delícias do trabalho dos que vivem e colaboram nesse gênero de produção. É necessário que se leve em conta as condições de vida do pequeno lavrador, sua família e dos que com eles cooperam, salvo se com uma reforma agrária não visamos sobretudo a melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais do país.

Pondo de parte a nossa constante observação do que ocorre com os sítios em redor do Distrito Federal, vamos encontrar ainda no mencionado livro de Kautsky, a necessária resposta aos nossos partidários da pequena propriedade. "Como na indústria doméstica, na pequena exploração agrícola, o trabalho das crianças é mais pernicioso ainda do que o trabalho por eles fornecido aos estranhos, mediante a percepção de um salário". No que se refere ao standard de vida e a viabilidade econômica da pequena propriedade afirma Kautsky que "se não são mais frequentes as vendas judiciais, isto se deve ao fato do pequeno proprietário submeter-se à privações incriveis para manter a sua independência". "Há classes inteiras de sítios que comem carne apenas nos dias de grande festa. Em algumas regiões do Hesse, o pequeno

componês leva uma existência verdadeiramente miserável: suas coisas são lastimáveis e mobiladas com uma mesa, um banco e alguns taboletes. Batata constitui o seu único alimento". Quem não vê nessa descrição do mestre socialista, o retrato vivo do pequeno lavrador no Brasil?

Em geral os pequenos lavradores e sua família trabalham enquanto domina a luz do sol e durante as horas que deveriam ser consagradas ao descanso, é que eles podem fazer a seleção da mercadoria colhida durante o dia e proceder o seu encaixotamento, quando é o caso. Só mesmo um "verdadeiro fanático da pequena propriedade poderia enxergar uma vantagem na servidão a que ela condena seus trabalhadores, forçados a se tornarem verdadeiros burros de carga, cuja vida, com exceção das horas em que estão dormindo, é um constante labor".

Não seremos nós que haveremos de afirmar "ser a dispersão do homem pela vastidão imensa do território nacional, uma fatalidade histórica". Essa dispersão existe, é um fato concreto que deve ser tomado em consideração; não será, porém, no parcelamento da propriedade que encontrará a solução. Não será dividindo e entregando pequenos glebas de terra à uma população rural que, na maioria dos casos, não é ambiciosa e nem saberia o que fazer dela, que se resolveria esta magna questão nacional. Não devemos esquecer que sobre a grande maioria das populações rurais do Brasil pesam séculos de regime de escravidão, o que complica e dificulta ainda mais a solução do nosso problema.

No que toca a vantagem de pequena propriedade de possibilitar a estabilização das populações rurais brasileiras, pois o pequeno lavrador será sucedido na posse da terra pelos filhos ou parentes, o estudo dos dados fornecidos pelo Senso Agrícola de 1920, proporcionou ao sr. Evaldo Garcia, algumas considerações não despidas de interesse para o caso. "A famílias dos minifundiários", diz esse autor, "em torcendo de recursos econômicos e forçados a empregar no trabalho agrícola maior número, proporcionalmente, de mulheres e crianças menores, são as que apresentam o mais baixo número médio de membros ativos ocupados no estabelecimento". Isso fala, não em fixação, em sucessão de pai a filhos na posse da pequena fazenda, mas da perda de elementos ativos por parte das famílias dos minifundiários por motivo da imigração".

Vamos concluir as presentes notas escritas para "Folha Socialista", com a seguinte citação de Rosa Luxemburgo, tirada do mesmo livro acima referido: "antigamente havia tão somente uma pequena costa de nobres e capitalistas donos da terra e também uma minoria de burgueses ricos a se oporem à reforma socialista da terra; a sua expropriação, porém, constituiria um brinquedo de criança, a ser feita pelo revolução. Hoje, após a divisão e a distribuição da propriedade, haverá uma numerosa e poderosa massa de camponeses proprietários que defenderão com unhas e dentes, qualquer tentativa socialista de reforma agrária".

A posição dos socialistas franceses...

(Conclusão da última pag.)

desde já à luta social, à emancipação e essa atitude mesma não faz senão exprimir o recuo do movimento operário e forças progressistas no mundo. Dissemos: é preciso restabelecer os laços entre a classe operária francesa, os elementos democráticos franceses, a classe operária alemã, os elementos democráticos alemães, a classe operária italiana, os elementos democráticos italianos. Nós devemos fazê-lo, não pelos processos e métodos da diplomacia secreta, mas sobre a praça pública, no exame público dos problemas que nos são comuns ou nos dividem. Devemos pois nos dirigir às organizações representativas dessas correntes. Penso, no que diz respeito à Alemanha do Oeste, por exemplo, na Social-Democracia alemã. Tal afirmação não quer dizer que eu esteja de acordo com a política dos dirigentes sociais — democratas alemães, mas isso é outro caso. Há um fato evidente: em toda a Alemanha do Oeste a Social-Democracia agrupa 90% senão 95% dos operários alemães. E pois com essa organização e com os sindicatos tal como são, e não como gostaríamos que eles fossem, que devemos examinar os problemas. Fala-se no Congresso do Povo alemão. É verdade que esse Congresso é uma manobra russa na zona oriental. Mas não vejo nisso uma razão suficiente para que, se se nos oferecer uma possibilidade de nos fazer ouvir nessa zona, negligenciemos essa possibilidade. Se se nos pedissem ir a uma reunião por um compro-

misso político onde venderíamos o que é a nossa razão de ser e para nos calar sobre o que é essencial da nossa política, então não devemos ir lá. Mas se é possível ir para exprimir nosso acordo sobre um certo número de questões concretas, no quadro geral de nossa política, por que não? Nossa posição é a mesma em relação à Itália. Tomo o exemplo da Alemanha e da Itália porque, muito infelizmente, são quase os únicos espaços que se acham abertos para nós imediatamente. Não falo da Bélgica, dos países Escandinavos e da Inglaterra onde evidentemente, o trabalho e os contatos são desde já muito mais fáceis e onde, devo dizê-lo, os contatos já estão tomados e as discussões já estão abertas.

No que diz respeito aos Estados Unidos, dá-se o mesmo. Temos um interesse considerável e os Americanos também em que uma explicação pública se faça como o sublinhamos sobre a situação real da Europa. Nos Estados Unidos há ainda muitas pessoas que acreditam que o capitalismo tenha um porvir histórico diante de si. Estamos em grave desacordo com tais elementos nesse ponto. Há americanos que compartilham nossos pontos de vista. Em todo caso, devemos explicar aos primeiros que na Europa o capitalismo não tem mais futuro, como também é desde já um fator de pauperização e paralisia das forças produtivas. Eles devem compreender que o único meio de evitar a guerra é dar aos democratas revolucionários e operários europeus a possibilidade de resolver os problemas econômicos e sociais que lhes são próprios. Enfim, sobre um plano mais próximo de nós, sobre o plano sindical e no tocante a certas correntes esquerdistas e revolucionárias, uma aproximação bem mais estreita é necessária, uma confrontação de opiniões, uma explicação mútua que permitam sanear o ar e fazer justamente com que a guerra não seja inevitável.

Não há, quanto a nós, uma diferença essencial entre o período atual e o período em que a guerra estourasse. Nossos objetivos não seriam bruscamente modificados pelo fato de a guerra estourar. O que se modificará, serão nossas possibilidades de ação mas os objetivos de nossa luta permanecerão os mesmos e serão até elevados a maior potência. Esses objetivos, essas razões políticas que nos definem, definirão e definirão desde já nossa situação na guerra.

DAVID ROUSSET

Uma página de Jaurès

Entre as duas classes, entre esses dois grupos de interesses, trava-se uma luta incessante do assalariado que deseja aumentar seu salário, e do capitalista que o quer reduzir; do assalariado que deseja afirmar sua liberdade e do capitalista que quer tê-lo sob sua dependência.

Eis aí, portanto, o primeiro elemento da luta de classes. A condição fundamental, que a determina, é o sistema da propriedade capitalista, do proprietário privado. E, tomei bem nota, como aqui se trata dos meios de trabalhar e, por consequência, dos meios de viver, trata-se daquilo que existe para os homens de essencial, de fundamental, trata-se de sua vida privada, da vida de todos os dias. E, conseqüentemente, um conflito que tem, como princípio, a divisão da sociedade em possuidores e não-possuidores, não é superficial; é vai até as raízes mesmas da vida.

O PARTIDO SOCIALISTA E A SITUAÇÃO NACIONAL

Em sua reunião de 23 de fevereiro último, a Comissão Executiva Estadual de São Paulo resolveu incumbir o comp. Febus Gikovate da elaboração de um documento sobre a posição do Partido Socialista, em face da situação política nacional e da sucessão presidencial, notadamente. Esse documento, que servirá de base para as discussões que se travarão em torno do assunto na Convenção Estadual de abril próximo, deverá ser entregue à Comissão Executiva até o dia 1.º de abril, para que possa, então, ser publicado e discutido em toda a base partidária do Estado.



NA INGLATERRA:

Reforma ou Revolução

(Conclusão da 8.a pag.)

do o Partido Trabalhista com uma esmagadora maioria de mais de 200 cadeiras. Hoje, quando após cinco anos de governo, anos duros é verdade, os trabalhistas ganham as eleições com a pequena margem de 15 cadeiras (quase uma derrota, portanto) apesar de haverem dado execução integral as suas promessas eleitorais, somos obrigados a nos deter diante de fato e interrogar o porque desse seu declínio, quase tão fragoroso como o de seus companheiros australianos e ne-zelandeses.

É preciso nunca perder de vista que quanto mais vasto for o setor das relações humanas atingido por uma transformação da ordem social, tanto maior será o número de pessoas e grupos sociais que participará da mesma.

Assim o poder, os trabalhistas tinham sobre seus ombros uma grande responsabilidade. Isolados politicamente do resto da Europa, sentindo a oposição surda, porém, firme dos Estados Unidos a sua política interna, eles tinham de reconstruir a economia inglesa e assegurar a bem estar da população. Como nação imperialista, podendo fazer-se à custa da exploração de seus mercados coloniais, a Inglaterra não mais existia. A grande potência vitoriosa da guerra, eram os Estados Unidos. Nessa conjuntura, o papel que a Inglaterra trabalhista era chamada a desempenhar apresentava-se como de suma importância. Cobia-lhe a gigantesca tarefa de estender ao resto da Europa a revolução que havia iniciado na ilha, já pelo apoio aos demais partidos socialistas, já pela integração da Europa numa vasta comunidade de nações, única condição possível do reequilíbrio econômico do continente, e a única maneira de conseguir opor-se às pretensões imperialistas dos Estados Unidos e da Rússia.

Entretanto, apesar dessas necessidades apresentarem-se com uma clareza meridiana, os trabalhistas ingleses não osuseram cortar as amarras que prendiam a Inglaterra conservadora aos Estados Unidos. Ao invés de modificarem os velhos métodos da diplomacia inglesa, inaugurando uma nova fase nas relações entre os povos, o que se viu foi uma estorrecedora concordância de pontos de vistas entre os conservadores e os trabalhistas. Em matéria de política exterior, Churchill e Bevin pensavam da mesma forma!

As intenções revolucionárias dos trabalhistas foram subvertidas, postas à prova, no problema alemão. E, lamentavelmente para a democracia e para o socialismo, eles fracassaram, assim como todo o movimento socialista europeu.

O problema alemão apresenta dois momentos distintos: o da união e o da desunião dos aliados. Quando Estados Unidos e Rússia se davam os braços, e os comunistas pregavam a união nacional com a burguesia, os dois grandes e seus satélites, França e Inglaterra, tinham uma só política com relação à Alemanha: desarmá-la industrialmente, torná-la incapaz de se preparar para uma nova guerra. Essa estúpida política nacionalista, que reduziu o povo e o proletariado alemão à miséria, e se baseava no pressuposto de que todas as guerras tinham sido declaradas unicamente em virtude do espírito guerreiro do povo alemão, vigorou por muito tempo, apesar das protestos e advertência da Social-Democracia alemã, que mostrava ser essa a melhor maneira para desacreditar-se a democracia e preparar o ressurgimento do nazismo. Entretanto, os protestos dos socialistas alemães não foram ouvidos por seus companheiros europeus. Durante muito tempo eles ficaram de "quarentena" no Comício, cada um dos demais par-

tidos temendo assumir a responsabilidade de receber no seio da família socialista os primeiros vítimas do nazismo. E, contudo, era da Alemanha que vinha a solução revolucionária para o problema alemão: socialização da Ruhr e integração da Alemanha na comunidade Européia.

Essa política de desmontagens prosseguiu até o momento em que os EE. UU. e a Rússia perceberam que uma Alemanha forte era o melhor obstáculo que poderiam opor ao seu adversário. Ai, os americanos intensificaram seu apoio à burguesia alemã, já prestigiando politicamente seus partidos, já invertendo capitais próprios nas indústrias da Alemanha. Os russos, por sua vez, menos afortunados industrialmente, trataram de fortalecer-se politicamente, através da exaltação do pan-germanismo e da pregação da união de todo o povo (inclusive os nazistas) contra o imperialismo americano. Os ingleses, porém, continuaram a desconhecer a existência da social-democracia e das dificuldades com que ela lutava, premiada entre os democratas cristãos (EU) e os comunistas alemães. Sua política foi, até certo ponto, idêntica à dos Estados Unidos, pelo desprestígio que trouxe aos socialistas alemães os quais, às vésperas das primeiras eleições gerais, tinham de explicar que seu socialismo nada tinha a ver com a política de desmontagens preconizada por Bevin.

Nesse caos todo, um único serviço a Inglaterra prestou, ainda que forçado pelas circunstâncias, e revertendo-se dos maiores garantias possíveis: deu a liberdade à Índia. Mas o julgamento da política colonial inglesa, em seu conjunto, foi feito pelos próprios eleitores ingleses, ao não reeleger o secretário das colônias.

Evidentemente, cabe aqui perguntar até que ponto esse abandono do internacionalismo pelos trabalhistas ingleses contribuiu para seu desprestígio eleitoral. Cumpre examinar, pois o que representam para o socialismo as transformações efetuadas na ordem social inglesa.

Eles nacionalizaram o Banco da Inglaterra, os transportes, a energia elétrica e as minas de carvão. Instituíram o seguro social gratuito, um dos mais relevantes serviços prestados ao povo inglês. Diminuíram as taxas da burguesia e aumentaram as da proletariado. Mantiveram rigoroso controle sobre os preços, o que possibilitou o congelamento dos salários, e baixos preços de produção. Taxaram fortemente as grandes fortunas, e não lançaram mão da deflação — desemprego — para salvar as finanças britânicas. Desse medidas, os mais importantes do ponto de vista das transformações estruturais produzidas, foram, evidentemente, as nacionalizações e o controle dos preços.

Ai, também, os trabalhistas mostraram estar aquém das esperanças nestes depositos. É natural que não apareça aqui uma discussão teórica o respeito das vantagens e desvantagens da nacionalização parcial dos bens de produção. O que desejamos demonstrar é que nesse campo, onde os compromissos e empecilhos que poderiam ser alegados como justificativa para sua política exterior não existiam, os dirigentes trabalhistas não se mostraram à altura das tarefas que lhes foram confiadas.

Não será preciso insistir sobre o fato de que os conservadores opuseram pequena resistência a todas es-

sas medidas. Elas afetavam aqueles setores da atividade econômica que a iniciativa privada não mais podia desenvolver, satisfatoriamente, sob o ponto de vista do lucro. A não ser o Banco da Inglaterra, a maioria dos bens nacionalizados necessitava de reformas tais que fossem o poder público a fazer as coisas. Transferir esses bens para o Estado, sendo por isso indenizados, não foi um grande sacrifício para a burguesia inglesa. Quando, porém, se tratou da indústria do aço, o caso mudou de figura. Os conservadores fizeram cerrada oposição e o governo capitulou, decidindo adiar a efetivação da medida para depois da consulta às urnas.

Onde os dirigentes trabalhistas mostraram não corresponder às esperanças neles depositadas, foi na questão da socialização dessas indústrias nacionalizadas, isto é, no controle operário da produção.

Basta consultar-se os telegramas referentes às discussões travadas nos Congressos anuais do Partido, para ter-se uma ideia clara da resistência que o governo opunha aos anseios dos trabalhadores, no sentido de serem eles, os donos da produção. "Os ferroviários têm a impressão de que as estradas de ferro ainda são deles (patrões)", dizem os representantes das Trade Unions E o simples manuseio dos anais desses congressos mostra as medidas proletárias postas em prática pelo governo, evitando, inexplicavelmente, que a direção da produção coubesse aos trabalhadores. E, quando as Trade unions enviavam algum representante aos comitês de direção da produção de qualquer indústria nacionalizada, era o Governo quem escolhia o homem para tal. Dessa maneira, diz o representante dos mineiros no congresso de 1947, os trabalhadores deixavam de ser trabalhadores para se transformarem em patrões.

Não será necessário dizer o quão complexo e difícil é a solução do problema da socialização. Inclusive no programa do Partido Socialista Brasileiro, ele não está suficientemente esclarecido, pois, o que ali figura é apenas a indicação de que deve ser decretada pelo Parlamento e que deve ser executada pelos representantes do poder público e representantes dos trabalhadores. Nesse sentido, o projeto de programa apresentado pela delegação de São Paulo a convenção de abril de 1946, do Esquerda Democrática, era bem mais preciso, como se poderá verificar pela leitura do que segue abaixo: "O Partido não identifica a simples intervenção do Estado na economia, qualquer que seja seu grau, com a socialização dos bens de produção e distribuição. Considera socialização a nacionalização das riquezas, votada e dirigida pelo parlamento democraticamente constituído, no que diz respeito ao conjunto dos bens, e pelos órgãos administrativos eleitos em cada empresa e ramo da produção e distribuição, pelos que a ela estão ligados". Essa superioridade se torna tanto mais evidente quando se constata que é o conjunto dos bens socializados que é dirigido pelo Parlamento, e que cada empresa e ramo da produção e distribuição é dirigido pelos órgãos administrativos eleitos pelos que estão a eles ligados. Essa posição tem a dupla vantagem de descentralizar a execução dos planos econômicos, e tornar impossível a burocratização, inenunciável em outros casos. Não será também preciso frisar a importância da assunção pura do movimento socialista a

distinção acima feita. Ela não é apenas formal, como poderá parecer aos menos avisados. Pelo contrário, atingiu de alto a baixo todo o processo social revolucionário, diferenciando-o nitidamente do outro, onde o que existe é a simples nacionalização. Num, é o Estado que toma conta da produção, nomeia os burocratas que devem dirigir-la e orientá-la segundo seus interesses. Neutra, são os trabalhadores quem dirigem essa produção, já pelo controle legislativo que, em última análise é seu, já pelo controle direto que têm em cada fábrica, orientando a produção segundo suas necessidades de consumo. No primeiro caso, os meios de produção e o trabalho continuam em planos diferentes, tal como no regime capitalista; no segundo, dentro dos limites impostos pela técnica moderna, a propriedade dos meios de produção e o trabalho se encontram no mesmo plano, realizando aquela união que é o objetivo do socialismo.

O estabelecimento das diferenças de forma e conteúdo entre a socialização e a nacionalização não é, como muitos poderão supor, uma simples especulação de teóricos fechados em seus gabinetes. Pelo contrário, essa diferenciação é exigida pela própria dinâmica do processo revolucionário, e sentida, antes que pensada pelos trabalhadores. É em virtude da não terem opinião formada sobre elas; por pensarem que a simples nacionalização é o ponto final da política socialista, que os dirigentes trabalhistas não puderam compreender os reclamos dos trabalhadores. E, no entanto, essa diferenciação reside a tarefa do socialismo em nossos dias. Em virtude dessa deficiência de ordem ideológica, própria dos partidos reformistas que se preocupam mais em lutar pelas reivindicações imediatas do proletariado que fazê-lo ao mesmo tempo que pensar os problemas que a história lhes coloca, não puderam os trabalhistas ampliar a extensão da revolução na Inglaterra, deixando assim de interessar maiores camadas da população, ao mesmo tempo que afetavam outras de seu programa de nacionalizações. No campo das relações do trabalho, onde deveriam ter feito sentir a influência sadia de uma política firmemente revolucionária, foram os trabalhistas incapazes de efetuar maiores transformações. Objetivamente, o que eles fizeram foi substituir o patrão individual por uma burocracia impessoal.

Não obstante seu reformismo tradicional, característico do proletariado de uma das nações mais altamente industrializadas e que desenvolveu o imperialismo colonial a um nível jamais igualado, em 1945 a classe operária inglesa lançou-se no caminho da revolução, levando consigo vastos setores da classe média, que agora abandonaram o Partido Trabalhista. Essa deserção da classe média, uma das que foi mais duramente atingida pela experiência trabalhista, uma vez que sofreu rudemente no seu padrão de vida habitual, quando esperava, com a ascensão dos trabalhadores, poder melhorá-lo, encontra também sua explicação na falta de entusiasmo, na ausência de um maior dinamismo por parte dos líderes trabalhistas. Sempre que se dirigiam ao povo, eles falavam em termos de equilíbrio de balanço de pagamentos, aumento de exportações, aumento de produção, etc. Nunca tinham uma palavra de entusiasmo, nunca faziam a classe média sentir que aqueles restrições eram o

único caminho que ela tinha para evitar sua proletarização, numa miséria decrescente, caso os conservadores voltassem ao poder. Os líderes trabalhistas sempre faziam uso da razão, quando falavam às massas. Mas a revolução, por ser justamente uma coisa que primeiro se sente e depois se pensa, tem de ser explicada em termos de sentimento e razão, e é para essa combinação do coração com a razão que se deve apelar, sobretudo quando se dirige a uma classe instável por natureza, como é a pequena burguesia.

Herbert Morrison, um dos líderes do trabalhismo inglês, dizia que se eles fossem derrotados na Inglaterra, então teria desaparecido para sempre a possibilidade de realizar-se o socialismo dentro dos quadros estritamente legais. Nada mais errado. Porque, se a massa trabalhadora retirar seu apoio ao Partido Socialista em qualquer país do mundo, isso não significa que a razão esteja com o Partido, e a classe operária não saiba o que quer. Bem pelo contrário, é um índice muito positivo de que o Partido não esteve à altura da missão que lhe fora confiada, que não soube traduzir em medidas concretas os anseios das massas e que, acima de tudo, no meio dos sofrimentos inevitáveis numa transformação social, pacífica ou insurrecional, não soube trazer aos trabalhadores e à classe média uma palavra de fé nos destinos do socialismo. Foi isso o que aconteceu na Inglaterra.

Se nos lançamos à ingrata tarefa de tentar uma análise crítica do resultado das eleições inglesas, foi devido à tendência que se vai generalizando em nosso Partido no sentido de identificá-lo ao Labour Party, do mesmo modo que os comunistas se identificam ao Partido Comunista russo.

Essa tendência é sumamente perigosa, na medida em que subordina o tática particular de cada partido socialista, não às condições objetivas de seus países, mas à estratégia e à tática do partido inglês. Nada mais contrário ao espírito da verdadeira política socialista que essa limitação, essa identificação. Pois, se a política socialista é essencialmente internacionalista na medida em que transcende às fronteiras do Estado Nacional e se projeta para o mundo, immanando nos mesmos ideais, não os estados que visa abolir, mas a classe operária mundial, ela é ditada pelas condições peculiares em que se trava a luta de classes em cada país. Ao fazer da experiência particular inglesa o padrão pelo qual deverá ser moldada a política socialista em seu conjunto; pretendendo resolver de antemão, graças ao experimento inglês, o problema da tomada do poder, fundamentalmente histórico, essa tendência de identificação a todo transe com o trabalhismo inglês mata na raiz qualquer possibilidade de autonomia ideológica e política dos vários partidos socialistas. Já dissemos em artigo anterior, que a ideologia e a política de um partido são apenas a tradução das condições peculiares do desenvolvimento da luta de classes em cada país. Assim, pretender fazer da ideologia e da política trabalhista inglesa o protótipo do revolução socialista, será esterilizar o movimento operário, do mesmo modo que os comunistas o fizeram, quando erigiram a experiência bolchevista na Rússia à categoria de modelo do revolução proletária.

É momento no Brasil, país de incipiente industrialização, com uma classe operária que apenas começa a adquirir consciência política, a adoção integral, sem qualquer pensamento crítico, da experiência inglês-

(Continúa na 7.a pag.)

Ferrovários: Heróis Anônimos

SIM, E' O GRITO DE ALARME!

Operários de todo o mundo, Uni-vos!

KARL MARX

Ferrovários! heróis anônimos, que pela vida passam esquecidos quando não ignorados, e que na penumbra da efervescência social enfrentam mais rudes e tremendas batalhas do que as muitas que se desenrolaram nas frentes de guerra.

Dia a dia, fazem frente aos inimigos do homem comum, trazendo encurvados os ombros ao péso das responsabilidades domésticas: encovadas, as rugosas faces, pelo sofrimento moral; combalido, o organismo mal alimentado e por isso mesmo pasto frequente de moléstias sem conta.

Heróis entre os heróis, nessa ininterrupta luta pela existência, são esses bravos quão infelizes ferrovários os mais mal pagos dentre todos os trabalhadores brasileiros.

Por força das circunstâncias, o ferrovário transforma-se em verdadeiro "santo milagreiro". E é necessário mesmo que aplique "passes" de mágica a todo o momento, com habilidade, para enganar a própria morte!

Prestitidigitadores habilidosos, escamoteiam a todas as horas, do fundo da esfarrapada bolsa, parcas moedas com que compram o essencial para sustento de um combalido organismo, que é apenas o reflexo de um ser humano, e onde em cada ruga que sulca as faces maceradas e em cada osso que quasi rompe a pele, há o atestado berrante de um viver sob regime de eterna sub-nutrição.

Ilusionistas consumados, enganam o cérebro com vagas esperanças ouvidas nos confortáveis gabinetes de reluzentes senhores e feitas com vozes untuosas. Lulibriam o estomago com alimento impróprio, enquanto que nos palacetes dos grandes, há alimentação farta e abundante, cuja sobra é destinada ao animal de estimação.

Em outras classes trabalhadoras, o início de carreira varia de Cr.\$ 1.500,00 a Cr.\$ 1.700,00. O ferrovário começa sua heróica luta pela vida, com Cr.\$ 700,00, si tem sorte de enganjar-se em quadro de administração e nesse salário passará "vegetando", boa parte de sua existência trabalhosa.

Os mais felizes poderão contar com promoções no mínimo de Cr.\$ 200,00 e isso amiudadamente. O ferrovário terá de contentar-se com Cr.\$ 75,00 de 10 em 10 anos. E assim mesmo, para conseguir isso, terá que sofrer e humilhar-se converter-se em traidor da classe ao extremo, aos pés de nababos e potentados.

A não ser que deseje contentando sua honra em troca de miseros Cr.\$ 75,00, terá que se sujeitar ao regime de fome e miséria e aguardar aquilo que chamam de "oportunidade" e que está presa à ponta da dourada caneta dos grandes, aqueles mesmos dos confortáveis gabinetes e piparos banquetes.

Ao fim da carreira, com os pés quasi na sepultura, após frear o cinto, e enfrentar as misérias da vida, decorrentes do salário de morte que sempre percebeu, recontando os remendos do vestuário esfarrapado, estará com

um salário de Cr.\$ 1.325,00 e si tiver muita sorte ou haver sido um Iscariotes, Cr.\$ 1.600,00.

Poderá atingir Cr.\$ 1.900,00 ou Cr.\$ 2.200,00 aos 30 anos de labuta mas esses são casos raros — um entre mil. Com dignidade, esforço, merecimento, a esse ponto chegarão pouquíssimos — um entre dois mil. Pela traição, com palmas e flores, um entre quinhentos. Maluca e absurda é aparentemente essa média, mas verdadeira, graças aos conceitos que se adotam para a distribuição dos Cr.\$ 75,00 e que fogem aos padrões mais comuns, empregues como medida-base para fixação de valores.

Quando surge uma oportunidade para uma sensível melhoria, há congelamento em massa das vagas que se abriam. Ao final dos fatos, esse congelamento passa para o terreno da pura e simples supressão dessas mesmas vagas que poderiam beneficiar inúmeros funcionários. E tudo isso sem o mais leve resquício de respeito às necessidades alheias. Si numa determinada classificação que contava com 15 funcionários, número esse checado rigorosamente e tido sempre como oficial, surgem 8 vagas, que fazem com as 7 restantes? São imediatamente suprimidas, roubando a 8 desgraçados mendigos de gravata, a esmola dos parcos Cr.\$ 75,00. E na ordem cronológica da decrescente hierarquia, nas demais classes outros ficaram em prejuízo, graças a esse processo de supressão de vagas. Ainda si tivesse havido "congelamento" haveria esperança de que um dia, essas vagas fossem preenchidas e os demais recebessem um pequeno benefício. Mas foi graças a tão desumana quão arbitrária medida, que um grupo de ferrovários composto de 56 elementos, foi espoliado em seu direito de acesso ficando sem os Cr.\$ 75,00. E as razões apresentadas não convenceram, como não convenceram, as forçadas demonstrações de "boa vontade".

Os "titulados" recebem promoções de Cr. 1.500,00 grandemente compensadoras, ganhando já, salários de Cr.\$ 4.500,00 para cima. Os "sem títulos", têm que viver com ordenados baixos.

Com grandes vencimentos é sempre difícil encarar a vida que custa hoje os olhos da cara, pelo padrão do salário baixo e mais fácil se torna apresentar desculpas ou promulgar atos em detrimento do pequeno trabalhador, sem uma visão ainda que mínima de suas agruras e angústias.

Entretanto, são esses heróis anônimos, os verdadeiros construtores de nossas grandes ferrovias: os motores que propulsionam o mecanismo da nacionalidade; os autores de obras de vulto e construções de responsabilidade: suas mãos hábeis e firmes, as dirigentes seguras das locomotivas e delas ficam pendentes existências e mercadorias.

Heróis anônimos! si os "grandes de ti se esquecem" trago-te sempre presente nas horas de minha vida. E acompanhando passo a passo tua

grandiosa luta pela vida, não posso deixar de admirar-te pelos teus infinitos rasgos de abnegação! A ti, pois, desconhecido e denodado ferrovário, que perdes em meia à grande multidão que vive e morre, sofre e canta, o meu grande grito de louvor! e que todos oçam esse grito e conhecendo a história de tão sublime quão grandiosa epopéia, procurem minorar teu sofrimento!

Ferrovário! obscuro herói, ferido no corpo e no espirito — um dia, rairá o sol da Justiça, e poderás então, sob a proteção da Lei fazer valer teus sagrados direitos, que conquistastes com grandes sofrimentos, ou como diria Churchill: "com Sangue, Suor e Lágrimas!"

Syllas S. S. Camargo

Sim, gritamos com toda força de nossos pulmões, com toda energia de nossos nervos, com toda facilidade de nossos pensamentos.

Bomba atomica, super-bomba de hidrogenio e... mais ainda, não para fins mortiferos, para a sanha incompreensível de guerras (que já foram bastantes e ferozes as passadas), mas para fins pacíficos, para reforçar as atividades progressistas de um mundo melhor: que haja a possibilidade da coordenação das atividades humanas para beneficio Comum.

Eliminemos, sim, as misérias inconpreensíveis de uma sociedade que se proclama moderna, para que todos povos da terra se confraternizem

para um trabalho humano, uma nova elevação moral; um nível de nova dignidade humana. Seja dito claramente, longe de sentimentos de odios, que os detentores ferrenhos das riquezas dos povos, devem compreender uma vez por todas, que a estrutura do sistema da distribuição dos produtos da riqueza, deve ser remodelada profundamente, para que cada cidadão tenha todo o necessário à sua subsistência, física e intelectualmente: Forças nucleares atômicas, sim, para o melhoramento da vida, não para destruição da vida.

Viva o grande cientista Albert Einstein!

Cecilio Paulo Brás

Apropriação privada e produção de mercadorias

A sociedade atual é assim uma sociedade que produz mercadorias, produz coisas que vão ao mercado para serem vendidas e não produz objetos de uso, cujo fim primordial seria satisfazer as necessidades dos componentes da sociedade. O fim principal da produção é auferir lucros aos proprietários dos meios de produção. Acessoriamente, estas mercadorias produzidas e lançadas

no mercado satisfazem as necessidades dos componentes da sociedade. Quais as consequências deste processo de produção, baseado na propriedade privada dos meios de produção? A primeira consequência é a desigualdade econômica que surge entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que não dispõem de meios de produção próprios não têm outro recurso a não

ser vender sua capacidade de trabalho, sua força de trabalho, aos que são donos dos meios de produção. No processo de produção se defrontam interesses opostos: os interesses dos proprietários dos meios de produção, que pretendem comprar esta força de trabalho pelo menor preço possível a fim de obter maior lucro possível na venda de mercadorias e, naturalmente, os interesses daqueles que não têm outro recurso senão vender sua força de trabalho e que procuram obter pelo menos o mínimo indispensável para satisfazer suas necessidades elementares.

Reforma ou Revolução

(Conclusão da 6.a pag.)

so, significará reduzir à impotência o Partido Socialista Brasileiro, já de natureza e formação reformistas. Isso porque, se na Inglaterra os trabalhadores se podem dar ao luxo de realizarem a revolução dentro das normas constitucionais, nos demais países, notadamente aqueles que apresentam as mesmas condições do Brasil, onde a burguesia é incapaz de desenvolver as forças produtivas e manter-se aparentemente independente dos Estados Unidos, isso não é possível. Pretender fazê-lo, será verificar-se o paradoxo de chegar-se a um fim alcançado pelo reforçamento dos meios que se lhe opõem. Pretender realizar o socialismo partindo do pressuposto de que a democracia se identifica à plena vigência do direito burguês, e de que sua realização deve obedecer às normas processuais nele prescritas, é passar o atestado de óbito do movimento operário. Todo esse direito foi erigido tendo em vista a defesa da propriedade privada. Reforçá-lo para atingir seu contrário, é uma operação tão delicada, que nem os cirurgiões da dialética stalinista ousariam patrociná-la.

ternacionalista, aposta sempre às previstas pelo direito burguês. Isso não significa que o Partido deva se lançar à ilegalidade, como condição primeira para a realização de sua política. Os que assim pensarem, pretendendo defender suas posições reformistas, estarão dando apenas prova de sua ignorância do que seja a política de esquerda. O que pretendemos dizer é que os socialistas, no mundo inteiro, antes de se adaptarem ao jogo parlamentar, sempre tinham em conta não a opinião que deles fazia a burguesia por seus representantes nos parlamentos, mas a confiança neles depositada pela classe operária, e a consciência de que a sociedade se divide em classes antagonicas, de iguais, na realidade objetiva, perante o direito. Sempre tiveram presente que o importante era a realização da Revolução Proletária e não a manutenção da "paz social".

Se a sociedade como um todo fosse possuidora dos meios de produção, a preocupação desta sociedade seria a de produzir de acordo com um plano que tivesse como finalidade a satisfação, nos melhores condições possíveis, das necessidades dos componentes desta sociedade. Se a sociedade se organiza, para produzir os elementos necessários à satisfação de suas necessidades, a finalidade da mesma deverá ser produzir em tais condições segundo um tal plano, que permitia a plena satisfação das necessidades dos componentes desta sociedade. Vejamos se isto ocorre no regime capitalista atual em que vivemos.

Mas, deseperem-se os românticos, a revolução proletária não é necessariamente um processo sangrento. Não é porque se chama revolucionário que o movimento socialista irá implantar o Terror à la Robespierre e fazer correr o sangue. A revolução consiste na prosaica transferência dos meios de produção e distribuição para o conjunto dos trabalhadores livremente organizados. O processo através do qual isso se realizará, uma insurreição armada, ou a disputa das eleições, é o futuro quem o determinará. Pretender traçar, hoje, a maneira como nos vamos comportar, amanhã, frente ao problema da tomada do poder, seria privar o socialismo de seu caráter de necessidade histórica e transformá-lo, agora sim, numa abstração nascida da cabeça de meia dúzia de pretensos teóricos.

Os proprietários dos meios de produção elaboram os planos para o processo de produção. Eles é que delineiam, em suas linhas gerais, o maneira pela qual o processo se deve desenvolver, o que deve ser produzido, em que condições quantidade e volumes deve ser produzido. Naturalmente, na base destes planos não entra a necessidade de consumo da população, o não ser como fator muito secundário, na medida em que deve ser produzidos objetos que encontrarão compradores. O aspecto fundamental na elaboração dos planos de produção, é a necessidade de obter lucros e benefícios em proveito próprio, como decorrência deste processo de produção.

FEBUS GIKOVATE

VISITAS À SEDE

Esteve em visita à sede do Partido Socialista em São Paulo, o comp. Helio Bezerra Coutinho, secretário da Comissão Estadual de Pernambuco.

OLIVEIROS S. FERREIRA

NA INGLATERRA

REFORMA OU REVOLUÇÃO

Em 1895, no prefácio que escreveu para "As lutas de classe na França", Engels dizia, resumindo a experiência das revoluções de 1848 e da Comuna de Paris: "Já passou o tempo das revoluções efetuadas por meio de uma súbita tomada de poder por minorias conscientes à frente de massas sem consciência". E, mais adiante, acrescentava: "Desde o momento em que a situação reclama a transformação total da ordem social, as massas devem participar diretamente nela, e precisam saber o que está em jogo e o que tem de ser conquistado. Essa é a lição que a história dos últimos cinquenta anos nos ensinou".

Cincoenta anos mais tarde, em 1945, a situação européia reclamava a transformação total da ordem social. Emergindo de uma guerra que lhe havia arrazado totalmente a economia, a Europa achava-se num momento histórico em que a transformação total da ordem social era não só necessária como possível. Necessária, porque o capitalismo, tendo desenvolvido ao máximo as forças produtivas, não mais podia contê-las dentro dos quadros jurídicos da apropriação privada; não mais conseguia superar suas contradições a não ser pelo recurso, agora cada vez mais frequente, às guerras. Possível, porque, em toda a Europa, o povo estava ciente dessa necessidade, e tinha em seu poder as armas com que havia feito a resistência, e grande parte dos governos europeus haviam-se comprometido com o invasor. Entretanto, apesar de necessária e possível, não assistimos, no continente, ao ato primeiro dessa transformação, qual fosse a tomada do poder político pelo povo e a implantação da ditadura do proletariado.

"Segundo Marx — escreve Martov — a ditadura do proletariado não consiste no esmagamento pelo proletariado de todas as classes não proletárias da sociedade. Ao contrário, ela significa, segundo Marx, a união do proletariado com todos os "elementos sadios" da sociedade — união de todos, exceto os "capitalistas ricos", exceto a classe contra a qual a luta histórica do proletariado se dirige". "Mas este governo (o da Comuna de Paris) — continua Martov — era a expressão da ditadura do proletariado, não por ter

sido imposto pela violência sobre uma maioria não proletária. Ao contrário, o governo da Comuna era uma ditadura proletária porque aqueles trabalhadores e aqueles representantes reconhecidos da classe operária tinham recebido o poder da maioria". E Engels, no primitivo projeto do Manifesto Comunista, escrito em 1847, deixava bem claro que a revolução proletária "estabelecerá em primeiro lugar a administração democrática do Estado, instituindo assim, direta ou indiretamente, a dominação política do pro-

letariado. Diretamente na Inglaterra, onde o proletariado constitui a maioria da população. Indiretamente na França e na Alemanha onde a maioria da população não é composta somente pelo proletariado, mas também por pequenos camponeses e pequenos burgueses".

No continente, em 1945, não se verificou essa tomada do poder político que é o ato característico da revolução socialista. Se em todos os países da Europa ocidental, os comunistas e socialistas participaram de todos os governos, constituindo maioria em alguns deles, entretanto, é preciso ter-se em conta que os outros participantes das coligações governamentais eram justamente os representantes daquela "classe contra a qual a luta histórica do proletariado se dirige". No continente, malgrado todas as condições objetivas, o que o povo conseguiu fazer sob a liderança dos dois partidos ditos operários, o socialista e o comunista, foi substituir a monarquia italiana por uma república teocrática, a par de uma ou duas nacionalizações.

Na Inglaterra, ao contrário, o proletariado, conforme as previsões de Engels, conseguiu impor sua hegemonia política à sociedade, elegen-

(Continúa na 6.a pag.)

Folha Socialista

EM CAMPINAS

O PSB AO LADO DOS TRABALHADORES DA CIA. TRACÇÃO

A propósito do pretendido aumento das passagens de bonde, em Campinas, e das manobras que se vêm realizando na Câmara Municipal no sentido de ser concedido o mesmo, a Comissão Executiva Municipal do Partido Socialista distribuiu o seguinte comunicado à imprensa de Campinas:

— Já está se tornando comum o uso de interpretações regimentais diversas, por parte da mesa do Legislativo Municipal, nas questões de interesse popular, como o do aumento das passagens de bon-

de, a qual sendo já matéria vencida em plenário volta para a Comissão de Justiça e Redação, e a posteriores discussões, sujeita, portanto, a transformações radicais, em favor da empresa concessionária.

O nosso ponto de vista, nessa questão, é o seguinte:

- 1) Verificação da existência de saldo na conta da sobre taxa anterior; sua denuncia em numeros exatos e consequente aplicação em favor dos empregados;
- 2) No caso de não existir esse saldo, aplicação total do novo aumento em favor dos empregados, mediante fiscalização por parte do Legislativo;
- 3) Não concordar com a participação da empresa nesse aumento em forma de reservas para obra de melhoria por ser conhecida a irregularidade no cumprimento desses compromissos".

A Convenção Estadual terá grande importância na vida do Partido Socialista

A Convenção estadual que se reunirá nos dias 29 e 30 de abril e 1.º de maio, será de extraordinária importância para a vida partidária, uma vez que nela deverão ser escolhidos os candidatos socialistas aos legislativos federal e estadual, além de ser eleita a nova comissão estadual, uma de cujas principais incumbências será a direção da campanha eleitoral do Partido no Estado.

Para que esse conclave socialista represente, realmente, um marco na vida política de São Paulo e do Partido Socialista, a Comissão Executiva acaba de constituir uma Comissão Organizadora da Convenção, a qual terá a seu cargo entrar em contacto com as comissões do interior, onde existem, e fomentar a formação de novos núcleos socialistas, a fim de que à convenção compareça um expressivo número de delegados.

A Comissão Executiva solicita encarecidamente de todas as Comissões Municipais que iniciem, desde já, os preparativos para a realização da Convenção, estudando detidamente as possibilidades eleitorais de cada município ou região, bem como a situação organizatória e financeira do Partido, para que a Convenção possa ser bem esclarecida a respeito das possibilidades partidárias para o pleito de 1950, que será decisivo na vida do Partido Socialista.

Todos a postos, para a Convenção de Abril-Maio!

Sério golpe no Sindicalismo Oficial Extinção da Comissão de Orientação Sindical

Mais um golpe acaba de ser desferido pelos socialistas no sindicalismo oficial. Através de sua representação na Câmara Federal, vem o Partido Socialista de apresentar um projeto de lei que declara extinta a Comissão de Orientação Sindical. As finalidades dessa comissão, que os socialistas, agora, propõem seja extinta, eram as seguintes, de acordo com o decreto lei 5199 de 16 de janeiro de 1943: "Promover o desenvolvimento do espírito sindical, divulgar a orientação governamental sindical, organizar cursos de preparação de trabalhadores para administração sindical e de especialização e orientação dos atuais administradores; prestar aos sindicatos toda a colaboração que for julgada necessária".

A simples leitura dessas finalidades evidencia o espírito paternalista e fascista com que foi criado mais esse monstruoso do sindicalismo corporativista de Mussolini. E a leitura bem detalhada dos artigos do decreto lei 5199 evidencia que "mamata" era essa tal de Comissão de Orientação Sindical: 5 milhões de cruzeiros do imposto sindical iam, anualmente, para o bolso dos burocratas desse órgão ministerial, para que eles dessem cumprimento às suas finalidades.

Lenta, mas seguramente, os socialistas vão desmontando a máquina do sindicalismo governamental.

Os Socialistas Franceses do R. D. R. e a próxima guerra

Muitas vezes, no espírito daqueles que se colocam essa questão uma dupla confusão se estabelece. Eles nos perguntam: "Que farão vocês se a guerra estourar? De que lado ficarão vocês?" Implícita ou explicitamente essas pessoas não cessam de supor que o retorno da guerra modificaria inteiramente a situação, que a luta a ser empreendida em tal caso não teria relação alguma com a luta anterior.

Nossas posições sobre o terreno internacional como

sobre o terreno da guerra estão ligadas à nossos objetivos sociais. Estamos persuadidos de que a guerra virá na medida em que não se responder às questões levantadas pela crise econômica e social, por isso que estamos convencidos de que nela reside a causa das guerras. Estamos persuadidos também de que a guerra não é inevitável porque acreditamos ser possível, se se agir oportuna e convenientemente, dar-se soluções a essas questões econômicas e sociais. Aqueles que dizem: "A guerra é inevitável" já estão vencidos sobre o terreno da luta revolucionária, já abandonaram tudo. Se se os imita, então a guerra será efetivamente inevitável. Na medida em que acreditamos que se pode responder às questões econômicas e sociais, dizemos: a guerra não é inevitável.

Em que campo ficaremos nós? E' o mesmo problema. Ficaremos no campo em que estamos hoje; ficaremos no campo que luta pela transformação socialista democrática da sociedade atual. Dirão: isto não é resposta! Pelo contrário, é a única verdadeira resposta e se quiserem um complemento a essa resposta, direi quanto a mim: ficarei onde puder continuar nossa luta, ao menos com um mínimo de possibilidades, e não ficarei onde essa luta for totalmente impossível. Creio que não há outra resposta a dar a tal pergunta, e que ela está perfeitamente clara.

Colocar os problemas no quadro estreito da diplomacia e em termos de relação de Estado a Estado é renunciar

(Continúa na 5.a pag.)

O CAPITALISMO DEIXOU O BRASIL ASSIM



SÓ O SOCIALISMO

RESOLVERÁ ESSE PROBLEMA.